

## O trabalho nas oficinas de carnes secas da Vila de Santa Cruz do Aracati: trabalhadores livres e escravos (1710-1799)

Leonardo Cândido Rolim  
Bolsista PIBIC – UFC  
leonardorolim-ufc@hotmail.com

### Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a estruturação interna das oficinas de carnes secas da Vila de Santa Cruz do Aracati, tomando como objeto principal os trabalhadores que produziam – direta ou indiretamente – o charque, pois, a ocupação econômica dos moradores da Vila durante o tempo “das carnes” girava em torno da feitura e comercialização das carnes secas. Além disso, se propõe a discussão sobre a dinâmica e a sazonalidade da mão-de-obra das oficinas. Analisar a criação de gado no interior da Capitania do Siará Grande também é de bastante relevância, pois, dentro dos currais pode-se observar uma clara divisão do trabalho. Levando em consideração o grande número de rezes que chegavam à Vila do Aracati para serem “charqueadas” pode-se inferir a quantidade de mão-de-obra necessária para produzir as carnes secas.

### Palavras-chave:

Aracati, carnes secas, mão-de-obra.

### 1. Introdução

A incipiente bibliografia até agora produzida sobre a produção e a comercialização das carnes secas nas chamadas capitanias do Norte ainda não permite uma análise qualitativa do assunto. Podemos afirmar que os livros dedicados ao tema são dois: *As Oficinas de Carnes do Ceará* (1977), tese de livre docência de História Econômica da Universidade Federal do Ceará do Prof. Geraldo da Silva Nobre; e *As Oficinas ou Charqueadas no Ceará* (1984), fruto da dissertação de mestrado defendida pela Prof<sup>a</sup>. Valdelice Carneiro Girão na Universidade Federal de Pernambuco.

Segundo as pesquisas recentes, o charque foi um produto de grande importância para a compra de escravos na costa da África no século XVIII. Chegou a ser um dos produtos de troca, também sendo usado na alimentação dos cativos durante a travessia do Atlântico. O presente artigo dá maior ênfase à produção de charque na Vila de Santa Cruz do Aracati, a mais importante da capitania do Siará Grande no século XVIII, pois era a mais próxima do grande entreposto comercial da região, hoje conhecida como nordeste brasileiro, na época: Recife. Para uma melhor análise das oficinas de carnes secas e de sua

mão-de-obra, é necessário traçarmos um contexto dos “sertões” da América Portuguesa do final do século XVII e, principalmente, início do XVIII.

Com base no trabalho *Pecuária, Agricultura de Alimentos e Recursos Naturais no Brasil-Colônia* de Francisco Carlos Teixeira da Silva podemos observar que a base da criação de gado nos sertões foi a

(...) doação de vastas extensões de terras recém conquistadas ou por conquistar, principalmente em remuneração ao serviço militar prestado contra os índios, concedidas com limites e extensão incertos. (2002 p. 123).

A unidade de terra utilizada para a pecuária no sertão era a sesmaria, cabendo ao sesmeiro sua exploração. No *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)* Sheila de Castro Faria escreveu que

Segundo as Ordenações Filipinas, “sesmarias são propriamente as dadas de terras, *casais* [casas de campo ou granjearias] ou *pardieiros* [casas velhas, ameaçando ruínas, ou já arruinadas ou desabitadas] que foram ou são de alguns senhorios e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas e agora não o são”. (2001, p. 529).

Geralmente a sesmaria era dividida e arrendada a pequenos proprietários de terra ou diretamente ao vaqueiro. Na capitania do Siará Grande quase a totalidade das sesmarias foi doada tendo como justificativa a criação de gado. As fazendas de gado eram áreas de pequenas porções de terra dentro da sesmaria, arrendadas ou não, sendo que o arrendamento tornava-se fonte de riqueza para o sesmeiro. Assim se constituía a prática do absenteísmo, tão comum no sertão nordestino, pois o dono da terra morava numa vila e arrendava ou “doava” sua terra a uma pessoa ou escravo de confiança, que passaria a administrar a produção.

A natureza acabou por influenciar a fixação do homem no espaço do sertão, ou seja, havia uma necessidade de terras com recursos naturais como à água, que era muito rara nessa paisagem, por se tratar de uma região de clima semi-árido. De acordo com Francisco C. T. da Silva (2002, p. 128) uma solução encontrada pelos proprietários e arrendatários para o controle da água e, conseqüentemente, de cacimbas e olhos d’água, foi a construção de currais. O curral era a unidade centralizadora da pecuária, com a presença do gado e da moradia dos vaqueiros e seus “funcionários”, responsáveis pela criação do gado.

A figura do vaqueiro construída pela historiografia tradicional é a de um sujeito perseverante e de ofício heróico, embrenhando-se nas matas da caatinga à procura do gado. Essa construção levou ao que se chama de generalização do termo vaqueiro, sendo hoje utilizado para todos os trabalhadores da fazenda que tratam o gado no sertão nordestino. Francisco Carlos Teixeira da Silva, desmistificando essa idéia, escreveu que

o vaqueiro é homem livre, de prestígio e posição social única na fazenda ou curral, tratado nos documentos por *senhor*, e se distingue claramente de seus homens. Estes, *camaradas*, *cabras* ou *fábricas* ocupam uma posição subalterna, inferior, e não tratam diretamente com o proprietário. (2001, p. 137). (Grifo do autor).

Podemos assim inferir que havia divisão e especialização do trabalho dentro do curral. O vaqueiro seria o administrador ou “gerente” – mas nunca deixando de participar ativamente da lida com as rezes – e seus “cabras” eram os trabalhadores, que poderiam também – e isso se confirma com base em fontes – ser escravos dele ou do dono da sesmaria. Os trabalhadores seriam os cabras, tangedores e passadores, respectivamente responsáveis pelos serviços no interior do curral, condução da boiada para locais com melhor inverno ou para as feiras e pelo trato da venda nesses locais. De acordo com Capistrano de Abreu (ABREU, 1998, p. 131) grande parcela dos trabalhadores utilizada no pastoril era formada por homens expulsos pelo açúcar, ou seja, mão-de-obra livre não utilizada no cultivo da cana-de-açúcar – dada a preferência dos senhores de Engenho a mão-de-obra escrava.

Segundo a historiografia tradicional as fazendas de criar abasteciam os centros urbanos coloniais em expansão, mais especificamente Recife e Salvador. Ocorriam as chamadas “longas marchas” pelos sertões, nas quais os bois eram tangidos até as feiras e praças de comércio dos grandes centros. Para autores como Capistrano de Abreu (1988) e Caio Prado Júnior (2006), essa marcha das boiadas para além do lado negativo de perda do valor do gado por conta das difíceis condições climáticas, teve também seu lado positivo. Para Capistrano os caminhos abertos no trajeto do gado em direção aos centros consumidores, abriram também a possibilidade de entrar no sertão, de povoá-lo e conquistá-lo. A respeito disso escreveu André João Antonil:

Constam às boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia, de cem, cento e cinquenta, duzentos e trezentas cabeças de gados (...). As jornadas são de quatro, cinco e seis léguas, conforme a comodidade dos pastos aonde hão de para. Porém, aonde há falta de água, seguem o caminho de quinze e vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem aonde possam parar. (1997, p. 202).

Em *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Capistrano aborda a importância desta “conquista” do sertão a partir da criação de gado que, segundo ele, “resolveu o problema” da ocupação das terras do sertão que, não sendo boa para a lavoura, foi utilizada para a pecuária. Capistrano levou em conta também a doação de sesmarias como fatores primordiais para “civilizar” e “pacificar” os índios *bravios* do sertão. Caio Prado Júnior afirma que a pecuária foi a mais importante atividade econômica do Brasil, excetuando-se aquelas de alcance internacional no período colonial. O autor escreveu também que

a rapidez com que se alastram as fazendas de gado se explica, uma parte, pelo consumo crescente do litoral e das minas, bem como pela pequena densidade econômica e baixa produtividade da indústria. (2006, p. 191).

Ao chegar às feiras, as rezes estavam magras e fracas, sendo vendidas a baixos preços, tornando esse comércio financeiramente prejudicial para os criadores. Por essas perdas, o sistema de criação de gado no interior, como um produto que se transporta com os próprios pés, tornou-se inviável, apesar de existirem vilas e cidades para engorda. Segundo Manuel Correia de Andrade (1980, p. 167) “no percurso havia pontos de repouso e de engorda, pois a caminhada provocava uma queda de peso dos animais”. Andrade ressalta ainda que nesses “pontos de repouso” onde se fazia a recuperação do gado, formaram-se núcleos urbanos ainda hoje existentes.

O Siará Grande tendo a maior parte de seu território tomado pelo sertão foi uma das áreas de maior conflito por terras. A maior parte das sesmarias foi doada pelo rei como pagamento de serviços prestados durante a guerra de expulsão dos holandeses da capitania de Pernambuco e também pela “guerra” de combate aos índios *tapuias*, dominantes naquela área. Ou seja, a Coroa portuguesa além de utilizar-se das terras do sertão para pagar os “combatentes”, ainda povoava uma área problemática e, ao mesmo tempo estratégica para fazer uma ligação com o oeste da colônia: Grão-Pará e Maranhão. Na capitania do Siará Grande, em especial, ocorreram grandes conflitos entre portugueses que vinham “criar seu gado” e os índios *tapuias*. As rezes entravam pelo sertão e assim traziam “verdadeiro açoite para os moradores nativos do território cearense. As fazendas cresciam e os índios morriam ou se escondiam nos aldeamentos jesuíticos” (VIEIRA JÚNIOR, 2004, p. 32-33).

Em tabela elaborada por Francisco José Pinheiro (2008, p. 23), podemos observar que em todos os decênios entre 1700 e 1799 a maior parte das sesmarias doadas na capitania do Siará Grande teve como justificativa a atividade da criação de gado. O autor é mais preciso e diz que “num período de mais de um século e meio, 91% [das sesmarias] tinham como justificativa a necessidade de terra para ocupá-la com a pecuária” (PINHEIRO, 2008, p. 24). Ou seja, a pecuária impulsionou a ocupação do território do Siará Grande, dada a presença em suas principais ribeiras (Jaguaribe e Acaraú) de currais e fazendas.

## 2. As Oficinas de Carnes ou Charqueadas

Analisando a conjuntura da colônia no final do século XVII e início do século XVIII observamos, segundo as explicações de Capistrano e Caio Prado Júnior, as já citadas longas marchas das rezes pelo sertão ou litoral, que

acabavam desgastando o gado e desvalorizando seu preço, causando altos prejuízos financeiros aos fazendeiros que eram ainda mais prejudicados pela concorrência de fazendas mais próximas aos grandes centros de comercialização. Então, a partir da primeira metade do século XVIII, talvez já no início, os fazendeiros das áreas mais próximas ao litoral passaram a comercializar o gado já abatido e transformado em carne seca e salgada. A origem e a técnica de corte e salga das carnes é motivo de variados pontos de vista entre os autores.

O artigo *Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste* de Renato Braga, publicado na Revista do Instituto Histórico do Ceará em 1947, é o trabalho mais citado pela historiografia cearense – Raimundo Girão, Gerando Nobre e Valdelice Girão – para explicar o surgimento de oficinas de charque no Ceará, o autor dá uma visão determinista da situação histórica da época. Renato Braga escreveu que “um anônimo teve a idéia genial de industrializar a carne desses rebanhos costeiros do Ceará, aproveitando a técnica do preparo da carne seca, conhecida de todos os criadores”. Segundo a interpretação desse autor todos os criadores de gado conheciam a técnica e charqueavam carnes, o que não é constatado nos documentos. A explicação de que um anônimo teria tido essa idéia foi a maneira que Braga encontrou para falar da origem das charqueadas, mas ele expõe ainda fisiograficamente os motivos do surgimento das oficinas no Ceará, afirmando que o

vento constante e baixa umidade relativa do ar, favoráveis à secagem e duração do produto; existência de sal, cuja importância se não precisa destacar; barras acessíveis à cabotagem da época. (1947, p. 150).

Geraldo Nobre no primeiro e importante trabalho sobre as charqueadas no Ceará discorda de Renato Braga quando ele diz que todos os criadores conheciam a técnica. Ao contrário, Nobre escreveu que

Existem razões para se admitir, porém, que a técnica adotada pelos fazendeiros jaguaribanos constituiu, de certo modo, uma inovação, envolvendo *um segredo ciosamente mantido por algumas pessoas*, com objetivos de monopólio do preparo e do comércio da carne do Ceará. (1977, p. 49). (Grifo meu).

Esse autor trabalha com a idéia do “surgimento” das charqueadas no vale do Rio Jaguaribe, o que não podemos atestar com base em fontes, mas saíam das oficinas do Aracati a maior parte das carnes secas compradas pelos comerciantes do Recife.

No outro trabalho de igual importância sobre charqueadas no Ceará, Valdelice Girão (1984) afirma que as fabricas de beneficiar carnes surgiram no Ceará, instaladas nos estuários dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú, sendo logo estendidas aos rios Parnaíba, no Piauí, e Assu e Mossoró, no Rio Grande do Norte. Os autores clássicos sobre o tema – Nobre e Girão – não inserem a

capitania do Siará Grande na conjuntura política do Império Português no Atlântico, onde as redes mercantis não deixavam de estar interligadas, chegando a terem uma relação de dependência de alguns gêneros produzidos nas periferias do mundo colonial.

As atuais pesquisas sobre as charqueadas na Vila do Aracati nos trazem um panorama do comércio internacional do charque. De acordo com Almir Leal de Oliveira<sup>1</sup> a partir da década de 1710 foram sendo criadas as oficinas de carne salgada, juntamente com a produção do couro salgado. Os interesses da elite açucarocrata de Pernambuco devem ser bem observados nesse sentido. O abastecimento de carnes verdes estava prejudicado no início do século XVIII e, sendo a capitania do Siará Grande subalterna a Pernambuco, as oficinas de charque iriam então suprir a falta de carne para consumo e para o escambo de escravos na África. Ainda segundo Oliveira:

a partir de 1757 encontramos dados referentes à inserção do charque como produto estratégico para a manutenção do tráfico atlântico de escravos, para a manutenção de tropas, para o abastecimento das minas e das cidades do Recife, Bahia e Rio de Janeiro.<sup>2</sup>

Escreve ainda o autor: “Na África o charque ganhou notabilidade a partir de sua introdução na alimentação dos escravos que estavam sendo preparados para a travessia do Atlântico”<sup>3</sup>. Ou seja, o charque além de seu papel dentro da própria colônia teve importância também na manutenção do tráfico negreiro entre o Brasil, ainda colônia de Portugal, e os centros comerciais de negros em África. Depois da reconquista de Angola, que esteve sob domínio holandês, os comerciantes de escravos brasileiros passaram a ter preferência dos comerciantes de escravos em África. Segundo Roquinaldo Ferreira: “a chave do sucesso brasileiro estava nas mercadorias que financiavam seus investimentos”. (FERREIRA, 2001, p. 345).

### 3. Estrutura física e mão-de-obra nas oficinas de carnes secas

Geraldo Nobre (1977), ao analisar a estrutura física das oficinas, afirma que algumas tinham 45 braças, outras 50 ou 57. O autor escreveu ainda que

o telheiro seria o centro das atividades da oficina, tanto servindo para abrigar as pessoas que preparavam as carnes secas como para sobre ele ficarem expostas ao sol as postas dos animais abatidos, tal qual nos varais, ou paus apoiados em duas forquilhas, ocupando em

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. A Dimensão Atlântica da Empresa Comercial do Charque: o Ceará e as dinâmicas do mercado colonial (1767-1783). In: ENCONTRO NORDESTINO DE HISTÓRIA COLONIAL: TERRITORIALIDADES, PODER E IDENTIDADES NA AMÉRICA PORTUGUESA – SÉCULOS XV A XVIII, 1., 2006, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006. p. 2.

<sup>2</sup> Op. Cit. p. 4.

<sup>3</sup> Idem.

fileiras a maior parte da área do estabelecimento, cabendo a restante ao curral e, em alguns casos, ao estaleiro. (1977, p. 187).

*O Auto de segunda audiência geral que requereo a Câmara nesta Vila do Aracati*, descreve as oficinas de charque:

herão huas cazas, ou idifícios insignificantes em forma de telheiros formados de paus e telha vã que em pouco tempo seu podem mudar, e construir de novo com os mesmos paus, e telha ... (NOBRE, 1977, 187).

O documento nos apresenta a informação que as oficinas poderiam ser “desmontadas” e novamente erguidas com “os mesmos paus e telha”. Nesse sentido podemos inferir que o número de trabalhadores dentro da oficina, ou seja, que trabalhavam diretamente com o preparo das carnes, era relativamente grande. Pela quantidade de boi que chegava a Vila do Aracati – José Alípio Goulart (1966, p. 96) em *Brasil do Boi e do Couro* estima em torno de 30.000 animais a serem abatidos – era necessário um número considerável de mão-de-obra e que também fosse organizada num processo produtivo para que pudessem ser feitas as carnes secas.

Imaginarei nesse parágrafo, baseado na bibliografia e em documentos, como seria o processo de feitura das carnes secas dentro das oficinas. Primeiro o gado era abatido e cortado em dois tipos de manta: “de *posta* e de *tassalho*”, sendo que após a salga das mantas as carnes secavam ao vento e ao sol para sua melhor conservação, por fim as mantas eram amarradas com couro. Ou seja, era necessária mão-de-obra para levantar as oficinas, matar o gado, transportar o sal até a oficina, salgar as carnes, cortar madeira para espichar o couro, vigiar as carnes enquanto secavam para não passarem do ponto certo, espichar o couro para amarrar as mantas e também ser vendido, entre outras atividades. O que já podemos concluir é que alguns desses trabalhadores participavam de momentos da produção que podemos definir como cruciais e específicos, como o corte, a salga e a secagem. Essas são atividades que demandam mão-de-obra “especializada”, pela importância que elas têm no processo de feitura das carnes secas. Portanto, esses trabalhadores poderiam ser escravos (negros ou até mesmo índios que foram feitos cativos nas lutas pela terra) já que a técnica do preparo de carnes secas era praticamente a mesa e utilizada ano após ano. E os outros trabalhadores, com atividades menos especializadas, seriam homens livres pobres, até mesmo uma mão-de-obra sazonal vinda do interior da Capitania – ou ainda da Capitania do Rio Grande ou Piauí – junto com os bois, para sobreviver no Aracati.

Valdelice Girão (1984, p.106) afirma que todo o processo decorreu do “aperfeiçoamento da técnica empregada pelo índio, transferida ao vaqueiro, no preparo da carne-seca, ainda hoje comum nas regiões sertanejas nordestinas – a chamada **carne-de-sol**”. Nesse ponto a autora leva em consideração a

evidência que existia gado na capitania do Siará Grande já no início do século XVII, trazido por Martins Soares Moreno, e que o índio domesticou e “inventou” o processo original, ainda “rudimentar” – já que ela fala em aperfeiçoamento pelo vaqueiro – de feitura de carnes secas.

As primeiras oficinas localizavam-se, geralmente, dentro da Vila de Santa Cruz do Aracati, no *Auto da Audiência Geral de 12 de Fevereiro de 1781* lemos:

(...) as ditas Officinas estão também per si fazendo outro gravíssimo prejuizo ao Povo pellas muitas immundicies que gerão e fétidos que cauzão de que notoriamente rezultão muitas doensas que todos os annos faz pereser muitos individuos; e porque este mal pestilento se deve evitar sem demora por ter por objecto a Saude publica, (...). (NOBRE, 1997, p. 80).

Podemos observar que as oficinas, pelo menos no início das charqueadas, localizavam-se dentro da Vila, prejudicando assim a “Saude publica” dos moradores, chegando a ser discutida em Audiência da Câmara da Vila os problemas causados pelas ditas oficinas de carnes. Inferimos, portanto, o convívio imediato que a população do Aracati – sendo alguns indivíduos mais relacionados outros menos – tinha com o processo de feitura do charque. Outro documento, a *Representação do Ouvidor Geral do Ceará, “sobre a conveniência por se trazer um juiz ordinário e um tabelião” para o Aracati*, nos remete à agitação da Vila no “tempo dar carnes”:

He sem dúvida ser conveniente haver justiça naquele Lugar por quanto *além de haver nelle muitos moradores, quando he no tempo dar carnes [...]* se faz muito populoso pelas concurrencia de muitas sumacas e gentes que dessem destes certoens com inúmeros gados a fazerem suas negociaçoens donde nascem haverem muitas contendas [...] e algumas mortes. (GIRÃO, 1984, p. 109). (Grifo meu).

As fábricas de carnes aracatienses funcionavam – como já foi dito – em pequenas porções de terra localizadas na ribeira do rio Jaguaribe. Na historiografia há dificuldade para descrever a estrutura física e a organização do trabalho nas oficinas da Vila de Santa Cruz do Aracati, tentamos nos parágrafos anteriores inferir – até mesmo imaginar – como seria o processo e a oficina, pois é de extrema relevância para esse trabalho. Porém existem alguns relatos de cronistas como Simões Lopes Neto e do naturalista francês August Saint-Hillaire, que descrevem a estrutura física das oficinas que produziam charque na capitania de São Pedro do Rio Grande, na região do rio Pelotas.

Segundo Simões Lopes, baseado na observação da oficina de José Pinto Martins, localizada onde hoje é a cidade de Pelotas,

as oficinas eram construções toscas, apressadas, galpões cobertos de palha, várias para estender a carne desdobrada e salgada, e alguns fechos de ferro para a extração de parte da gordura dos ossos



por meio da fervura em água. O sal do Reino só se empregava para encharque – salga da carne. A courama era estaqueada, seca ao sol; o sebo, simplesmente lavado, posto ao tempo em varais e depois secado, em forma de madeiras cúbicas, produzindo pães de peso variável. A ossamenta era amontoada e queimada e esta cinza atirada para aterros, ou servia, empilhada, para fazer mangueiras e cercas. Todas as outras partes do boi não tinham valor comercial e eram atiradas fora. (LOPES NETO, 1905, p. 106 *apud* GIRÃO, R 2000, p. 69).

Essa descrição nos permite ter um esboço do que era o processo de beneficiamento do boi depois de abatido, e também do nível que se tinha de divisão do trabalho. Segundo Geraldo Nobre (1977), o proprietário da oficina descrita acima – José Pinto Martins – retirou-se para o continente de São Pedro do Sul por motivo da grande seca de 1777-1779, segundo geralmente se acredita contava com 30 de idade, ou pouco mais, vividos no Aracati. Podemos, portanto nos basear na descrição do cronista para inferir a quantia relativamente alta gasta na manutenção e no pagamento dos trabalhadores das oficinas, mas ao mesmo tempo não podemos fazer a mesma coisa com a quantidade de lucro, já que o charque do Rio Grande de São Pedro era vendido para as minas e fornecia alimentação para as tropas Reais. E, sendo José Pinto Martins um charqueador no Aracati, sua oficina no sul da colônia e a técnica empregada na feitura da carne seca não devia ser muito diferente da charqueada no Siará. Cabendo então a discussão sobre a especialização do trabalho e a mão de obra utilizada no processo.

Uma segunda descrição, a de Saint-Hillaire, nos permite ter uma visão do nível de especialização do trabalho no interior das oficinas de carnes, pois há um maior detalhamento da estrutura, facilitando assim a análise. Em um de seus relatos ele faz uma descrição da propriedade de um tal senhor Chaves, também em Pelotas. Ele descreve que:

diante da residência do senhor Chaves, estende-se um belo gramado e além vêem-se várias fileiras compridas, de grossos paus fincados na terra. Tem cerca de quatro pés, sendo cada um terminado por uma pequena forquilha. Essas forquilhas recebem varões transversais destinados a estender a cerne (ao centro) e secar no tempo de charqueadas. Ao lado destes secadores existe um edifício onde se salga a carne e onde é construído o reservatório denominado tanque. (SAINT-HILLAIRE, 1935, p. 85, *apud* GIRÃO, 2000, p. 70).

A descrição da estrutura física de uma oficina também na região do Rio Pelotas, nos ajuda a confirmar o nível de especialização de algumas tarefas na oficina, pois Saint-Hillaire descreve a estrutura, a forquilhas, os varões, o tanque, são algumas das “partes” da oficina, onde vários trabalhadores produziam dia e noite as carnes secas. Devem ser observados – para além do aspecto de outra situação histórica vivida no Rio Grande de São Pedro na época da produção do charque – as condições climáticas bastante diferentes

entre o sul da América Portuguesa e a capitania do Siará Grande, localizada próxima à linha do Equador e, portanto, mais quente e menos úmida. Aqui não será discutida a melhor qualidade do charque cearense ou gaúcho, mas o processo de feitura da carne seca que foi levado da região da Vila de Santa Cruz do Aracati para o vale do Rio Pelotas. Não importando aqui se já havia ou não produção de charque – a partir de outra técnica – no sul da colônia portuguesa.

A mão-de-obra utilizada nas charqueadas é, por tanto, livre e escrava. Não existe ainda documentação disponível, nem tão pouco sistematizada, na qual possamos nos basear para afirmações quantitativas ou proporcionais de escravos e trabalhadores livres nas charqueadas. O que se pode fazer baseado em fontes documentais são inferências da presença de escravos na Vila do Aracati, pertencentes a alguns charqueadores, entre eles José Pinto Martins. No “registro de memória”<sup>4</sup> escrito por Manoel Esteves de Almeida no final de 1795 que dá conta de “factos e cazos raros accontecidos nesta villa de Santa Cruz do Aracaty”, encontramos referência a “João Pinto Martins [irmão de José Pinto Martins] e seu irmão Bernardo Pinto Martins, os quaes para fabrica das carnes tinham bastante escravatura (...)”. Observa-se que esses charqueadores tinham escravos, bastante segundo o vereador. As charqueadas não duravam o ano todo, sendo apenas na época em que os bois estavam para ser abatidos. Podemos inferir sobre a duração das charqueadas pela frequência maior de barcos em certas épocas do ano, em detrimento de outras. Tal afirmação documentada nesse registro evidencia o uso do trabalho escravo nas oficinas de carnes secas do Aracati. Geraldo Nobre calcula em 40 escravos a média que se empregava em cada oficina, porém, não sendo durante o ano todo o trabalho nas oficinas, seria mais vantajoso o emprego de mão-de-obra livre remunerada? Quem seriam os homens livres que trabalhariam nas oficinas? Moradores da vila ou pobres livres que vagavam pelos sertões? E os escravos? Seriam negros ou índios?

Em tabela elaborada com base em diferentes fontes, Francisco José Pinheiro (2008, p. 113) nos mostra que em 1762 a população da capitania do Siará Grande, anexa à Pernambuco, era de 17.010 habitantes, aumentando em 1782, portanto após 20 anos, para 61.408, o que nos dá uma idéia de uma população livre e pobre que, por ocasião de secas e outras imposições naturais ou da vida, transitavam entre as capitanias, fixando-se onde se apresentassem melhores condições para viver. O historiador José Ribeiro Júnior (1976, p. 72), nos informa, através de outra tabela, a população do Siará Grande em 1962-1963. Eram 2.128 escravos (onde não especifica se eram negros ou índios) e 14.882 entre a população livre. Observamos assim o grande número de cativos apontados por Ribeiro Júnior no início da década de 1760, quando Pinheiro

<sup>4</sup> O *Registro de Memória dos principaes estabelecimentos – Factos, e casos raros accontecidos nesta villa da Santa Cruz do Aracaty, feita segundo a ordem de S.M., de 27 de Julho de 1782 pelo vereador Manuel Esteves d’Almeida desde a fundação da dita Villa, até o anno presente* foi publicado na Revista do Instituto Histórico do Ceará – Volume 1 – no ano de 1887.

aponta 17.010 habitantes em toda capitania, ou seja, se a população cada vez mais aumentava o número de escravos poderia diminuir, crescendo, por tanto, a população de homens livres.

Até agora a pesquisa nos indica para uma diversificação entre os charqueadores da Vila de Santa Cruz do Aracati no que diz respeito à utilização de mão-de-obra livre e escrava no processo de feitura das carnes secas. Podemos pensar numa mudança na proporção de cativos e homens livres durante o século XVIII, mas isso depende de fontes documentais existentes no cartório da cidade do Aracati, ainda não disponíveis para pesquisa, mesmo assim há o esforço de extrair de fontes publicadas e tabelas elaboradas por diferentes autores. A dificuldade documental é típica da pesquisa em história colonial, mas isso instiga ainda mais o historiador a buscar novas fontes, chegando assim a conclusões e, conseqüentemente, novas problemáticas.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_, **Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. 2ª ed. Brasília: Edunb, 1998.

ANDRADE, Manuel de Andrade. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 4ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil em suas Drogas e Minas**, Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

BRAGA, Renato. Um Capítulo Esquecido da Economia Pastoril do Nordeste. In: **Revista do Instituto do Ceará**. V. 61. 1947

FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do Comércio intracolônial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII), In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. **O Antigo Regime nos Trópicos – a dinâmica imperial portuguesa (Século XVI-XVIII)**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. 2 ed. – Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2000.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As Oficinas ou Charqueadas no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

GOULART, José Alípio. **Brasil do Boi e do Couro – 2º volume: o couro**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1966.

NOBRE, Geraldo da Silva. **As Oficinas de Carnes do Ceará**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a Formação Social do Ceará (1680-1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e monopólio no nordeste brasileiro – A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)**. São Paulo, HUCITEC, 1976.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Pecuária, agricultura e recursos naturais no Brasil-Colônia*. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História Econômica do Período Colonial**. 2 ed. Revista – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. **Entre Paredes e Bacamartes: História da Família no Sertão (1780-1850)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; HUCITEC, 2004.